

SUGESTÃO N.

232 DE 2010

BRASIL



APENSADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Legislação Participativa

AUTOR:

Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul

DATA DE ENTREGA

23/11/2010

EMENTA:

Sugere a realização de reunião de audiência pública para discutir o tema 'Implantação dos Juizados Especiais da Família'.

DISTRIBUIÇÃO/REDISTRIBUIÇÃO/VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_

Em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Presidente: \_\_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_

Em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Presidente: \_\_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_

Em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Presidente: \_\_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_

Em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Presidente: \_\_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_

Em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Presidente: \_\_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_

Em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Presidente: \_\_\_\_\_

PARECER:

DATA DE SAÍDA



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**SUGESTÃO Nº 232/2010**  
**CADASTRO DA ENTIDADE**

**Denominação:** Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul - CONDESESUL

CNPJ: 03.005.604/0001-19

**Tipos de Entidades:** ( ) Associação ( ) Federação ( ) Sindicato  
( ) ONG (X) Outros (CONSELHO)

**Endereço:** Rua Francisco de Vasconcelos, 125 e Rua Iraí de Minas,  
s/nº, Centro

**Cidade:** Estrela do Sul    **Estado:** MG    **CEP:** 38.525-000

**Fone:** (34) 3843.1317 / 3843.1397 / 1141 **Fax:** (34) 3843-1317

**Correio-eletrônico:** andreluis\_melo@yahoo.com

**Responsáveis:** Presidente Zoilda da Paz

**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins que a documentação especificada nos Incisos “I” e “II” do art. 2º do Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa, do Conselho supramencionado, encontra-se regularizada até a presente data e arquivada nesta Comissão à disposição de qualquer interessado.

Brasília, 23 de novembro de 2010.

*Sonia Hypolito*  
Sonia Hypolito  
Secretária da Comissão

## Sugestão de Audiência Pública

9)

**Exmo. Sr. Presidente da Comissão Legislativa  
da Câmara dos Deputados, o CONDESESUL propõe a realização de  
audiência pública para discutir “a implantação dos Juizados Especiais  
da Família”**

Desde já sugere-se também o convite das seguintes pessoas e segmentos abaixo:

- 1) Ministério da Justiça
- 2) CNJ
- 3) Dep. Flávio Dino
- 4) Sen. Demóstenes
- 5) Ministra do STJ Fátima Nanci

A recente criação dos Juizados Especiais da Fazenda Pública reforça o sucesso do Sistema de Juizados. Dessa forma, propõe-se discutir a criação do Juizado Especial da FAMÍLIA, com uma função mais pró-ativa e cuidando de temas que não sejam apenas o divórcio, mas também casamentos coletivos, habilitação de casamento, investigação de paternidade, lei 8560-92, mediação familiar, e também as causas comuns do direito de família.

Assim, haveria uma grande revolução no acesso ao Judiciário e de forma simplificada e ágil como requer a área familiar.

Prtanto, este tema precisa ser discutido mais amplamente e assim, faz-se importante uma audiência pública para debate integrado.

Pede deferimento

Estrela do Sul-MG, 20/12/09

Zoilda da Paz

## ATA DE REUNIÃO

Aos 03 (três) dias do mês de fevereiro de 2010, às 16:00 horas, na Sala da Assistente Social Judicial no Fórum Padre Lafaeite, sítio a Rua Francisco de Vasconcelos, nº125, centro nesta cidade de Estrela do Sul; reuniram-se: A presidente do Conselho Zoilda da Paz, a primeira secretaria, Elcione Aparecida Gonçalves a 2<sup>a</sup> secretaria Luciana Barbosa Guimarães, o DD representante do Ministério Pùblico Dr. André Luis Alves de Melo, Maria Aparecida da Silva Cunha, primeira tesoureira, Euza Maria de Amorim, segunda tesoureira, Dr. Eduardo Plachesk Trepiche, delegado de polícia, Dr. Márcio Henrique Amaral Dias, assistente jurídico do Condesesul, Dr. Eder Autônio Coelho de Resende, defensor municipal, e ainda os cidadãos Márcia da Silva, Renato Barbosa Resende, Uselina de Fátima Rodrigues, Alessandra Ribeiro Alves Santos e Adriana Barbosa. A presidente, Zoilda da Paz deu início a reunião agradecendo a presença de todos, pedindo proteção divina e discernimento para todos. Primeiramente Maria Aparecida da Silva Cunha, primeira tesoureira, explicou que no mês de janeiro/2010 não houve reunião devido suas férias regulamentares e sabe que 2010 promete muito para todos. Em seguida a presidente comunicou que houve uma parceria com a SEDSE - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, onde através de Emenda Parlamentar do Deputado Wellington Prado, foi liberado a quantia de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para construção de quadras na sede do Projeto de Inclusão Social Bom na Escola Bom no Tênis, e que já esteve em Belo Horizonte no mês de janeiro/2010 para assinatura do mesmo, cujo valor foi creditado na conta do Projeto no mês de dezembro de 2009. Na oportunidade Dr. André apresentou mais 44 sugestões de alterações de projeto de Lei e Audiência Pública para apresentar a Comissão Legislativa Participativa para serem apreciadas e discorreu o objetivo de cada uma delas a seguir! 1) Acrescenta arts. 1565-A e 1565-B ao Código Civil; 2) Incentiva reciclagem de produtos; 3) Aperfeiçoar Programa Iaz para todos; 4) Cobre sindicatos irregulares; 5) Aperfeiçoar compensação financeira prevista no art 20, § 1º da CF; 6) Audiência Pública para discutir segurança pública; 7) Amplia atendimento na área de saúde familiar; 8) Cobre pagamentos irregulares por entes públicos; 9) Audiência Pública para discutir Juizado Especial da Família; 10) Medidas protetivas no jovem advogado; 11) Informações ao CNJ e CNMP; 12) Audiência Pública para discutir situação dos Despachantes; 13) Audiência Pública para discutir modelo de Assistência Jurídica; 14) Audiência Pública para discutir sobreposição entre Comissários de Menores e Conselhos Tutelares; 15) Audiência Pública para discutir: é viável Municípios com menores de 5.000 habitantes?; 16) Audiência Pública para discutir "Medidas preventivas para combater a corrupção"; 17) Audiência Pública para discutir "Consolidação das Leis Penais ou Novo Código Penal"; 18) Audiência Pública para discutir o tema "Pácas, Custas, Despesas e Emolumentos no Sistema Judicial"; 19) Audiência Pública para discutir "Novas Agências Reguladoras na área do SUS, Prisional, Direitos da Infância, Direitos do Consumidor, Social e outros"; 20) Audiência Pública para discutir "Os empregados domésticos, direito ao PIS e curso técnico"; 21) Audiência Pública para debater: "Paralegais, Juiz leigo, Juiz de Paz, arbitragem e outros"; 22) Audiência Pública para discutir "Novas propostas de fiscalização de seguro"; 23) Seminários para discutir "Modelos de Controle de Constitucionalidade"; 24) Audiência Pública para discutir "Piso salarial nos cursos de Direito e Técnicos Cárceis"; 25) Audiência Pública para discutir "Tributos que impedem fim de inventário"; 26) Acrescenta art. 100 à Lei 8.212/91; 27) Acrescenta art. 37-A à Lei 8.666/93; 28) Altera a redação do art. 259 do Código Eleitoral (crime de corrupção); 29) Implanta Serviço Comunitário para formandos em Psicologia, Direito e Serviço Social; 30) Acrescenta arts. 201-A e 201-B ao CPP para proteger as vítimas; 31) Acrescenta art. 310-A ao CPP; 32) Acrescenta art. 257-A ao CPP; 33) Audiência Pública para discutir "Previdência Privada e Seguro para homens e mulheres"; 34) Acrescenta o art. 155-A ao CP para exigir representação da vítima quando o delito for de pequeno valor; 35) Aperfeiçoa Lei 8.429/92; 36) Audiência Pública para discutir critérios de seleção para provedores.

1 Pag-

Milenha  
Melo

B. Jardim  
Apolívesa Mello